
OS MECANISMOS DE CONTROLE NO BIOSMIDIÁTICO: notas acerca dos novos espaços políticos da subjetividade contemporânea

*Control mechanisms in biosmediatical: notes about new
political spaces of contemporary subjectivity*

Laura Fernanda Cimino

Professora, radialista e jornalista, Mestre em Comunicação pela UNESP e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da PUC-SP. Bolsista do CNPq. São Paulo, SP - Brasil, e-mail: lfcimino@hotmail.com

Resumo

Este artigo se propõe a realizar uma breve análise teórica sobre os novos regimes de visibilidade agenciados pelas tecnologias digitais que tem provocado o fenômeno da mediação que se refere à mudança nas categorias clássicas de tempo e espaço e que vão implicar no surgimento de novas modalidades de vinculação coletiva no ciberespaço e, conseqüentemente, numa outra postura epistemológica diante das atuais políticas e práticas das relações comunicativas, na contemporaneidade.

Palavras-chave: Visibilidade; Mediação; Biopolítica; Ciberespaço; Subjetividade.

Abstract

The purpose of this paper is a brief theoretical analysis about the new regimes of visibility obtained by digital technologies that have triggered the phenomenon called mediatization, which refers to the change in the classical categories of time and space and that will imply in new varieties of collective entailment in the cyberspace, and consequently, in another epistemological behavior face the current communicative relationship policies and practices.

Keywords: *Visibility; Mediatization; Biopolitics; Cyberspace; Subjectivity.*

INTRODUÇÃO

A expansão da tecnologia informática veio junto com a crise dos modelos críticos, ideológicos e da chamada sociedade “pós-moderna” que se dá no final do século XX. Instalaram-se novos paradigmas conceituais e metodológicos que se desdobram nas diversas áreas do conhecimento e tem um profundo impacto principalmente nas ciências humanas e, em especial, nas ciências sociais. Como uma espécie de apêndice da sociologia, a comunicação tem sido vista, grosso modo, como prática instrumental por meio da qual é possível interferir nas relações humanas.

Dentro desta perspectiva, a sociologia acaba, muitas vezes, reduzindo a comunicação à sua dimensão meramente instrumental e pragmática que serve de análise aos processos de significação das diversas modalidades sociais. Contudo, a comunicação está enfrentando um momento de profunda mudança paradigmática com a introdução das novas tecnologias digitais que inauguram novas formas de perceber, interpretar e agir sobre o mundo. Estamos diante de novos equipamentos de subjetivação que criam novos ambientes culturais que são a expressão dos regimes de visibilidade socialmente constituídos por forças materiais e imateriais que atuam na configuração e no controle das representações da realidade.

A evolução e o aumento de complexificação nas mediações sociais que são resultado do desenvolvimento dos dispositivos tecnológicos analógicos para os digitais, veem acompanhados por modificações na forma de pensar o próprio pensamento. Em outros termos, essa passagem implica não apenas numa mudança programática, mas, sobretudo, numa mudança paradigmática concernente à nossa aptidão para organizar o conhecimento. Neste sentido, a crítica elaborada por Muniz Sodré (2006, p. 12) reivindica uma outra abordagem epistemológica da comunicação, a partir da seguinte argumentação:

A informação, a comunicação, a imagem com todas as suas tecnologias - uma forma de conhecimento sem requisitos hierárquicos

imprescindíveis à formação e à circulação dos saberes clássico - tem-se progressivamente imposto aos sujeitos da teoria e da prática como o pretexto para se cogitar um outro modo de inteligibilidade do social. Por quê? Porque a afetação radical da experiência pela tecnologia faz-nos viver plenamente além da era em que prevalecia o pensamento conceitual, dedutivo e sequencial, sem que ainda tenhamos conseguido elaborar uma *práxis* (conceito e prática) coerente com esse espírito do tempo marcado pela imagem e pelo sensível, em que emergem novas configurações humanas da força produtiva e novas possibilidades de organização dos meios de produção.

Acreditamos, no entanto, que se faz urgente uma outra postura interpretativa das relações comunicativas que dê maior ênfase aos processos de mediação¹ das representações culturais, na qual, sujeitos e interlocutores entendam a comunicação como espaço da criação e do acontecimento. Ou seja, é necessário tecer uma crítica à comunicação que a liberte da tirania da racionalidade instrumental, principal, paradigma da ciência moderna e a direcione ao pensamento complexo que admite a dúvida e o erro; em suma, a indeterminação como elemento próprio da *semiose*² cognitiva.

Neste aspecto, é fundamental que os teóricos e os historiadores da comunicação se deem conta de que pensar em rede, por exemplo, não significa pensar propriamente na Internet que representa uma outra forma de estrutura e sistema social, mas, sobretudo, pensar a comunicação como lugar da inovação e do acontecimento, daquilo que escapa do pensamento meramente dedutivo fruto do racionalismo científico, pois, como adverte André Parente (2004, p. 92) “só a partir daí, a comunicação terá se tornado, para além das tecnologias, fundamento.”

Logo, seria possível reivindicar uma outra crítica política e estética dos regimes significantes nas mais diversas manifestações culturais para além da postura ideológica dos meios de comunicação e também distinta de uma concepção discursiva do processo comunicacional enquanto instância

¹ Todo processo de mediação inclui uma relação dialógica entre os envolvidos no processo de comunicação.

² Semiose pode ser utilizado como sinônimo de mediação que é o termo empregado por Charles S. Peirce para designar o processo de produção constante e evolutivo do conhecimento através da ação dos signos. Todo ato de pensar traz à consciência uma imagem, uma sensação ou uma representação que sempre é interpretado por um outro pensamento que lhe é subsequente numa cadeia infinita que corresponde a complexificação do próprio pensamento.

transcendente diante das relações sociais. Em outros termos, seria necessária uma atitude epistemológica que, rejeitasse qualquer instância autônoma da comunicação que representasse um afastamento da natureza, dos vínculos intersubjetivos e dos processos dialógicos entre sujeito e objeto do conhecimento.

Para tanto, o presente artigo se propõe a investigar algumas possibilidades para pensar uma nova abordagem das relações comunicativas que começam a configurar a partir dos anos de 1980 e que acabam por representar uma nova dimensão das forças produtivas no capitalismo tardio. Essa problemática que se constitui na relação entre as novas formas de acumulação do capital, na sociedade pós-industrial e os processos de subjetivação agenciados pelas tecnologias da comunicação e da informação faz parte da crítica teórica de autores como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Antonio Negri, Michael Hardt, Pierre Lévy, Paul Virilio, Jean Baudrillard, Fredric Jameson e Muniz Sodré.

Os regimes de visibilidade e a produção da subjetividade maquínica

Apesar das divergências conceituais entre os diversos autores acima citados, podemos encontrar um eixo comum nessas posturas teóricas que diz respeito ao fato de que, na atual sociedade informatizada, está em gestação uma nova configuração nas relações intersubjetivas diante dos dispositivos tecnológicos digitais, que vão implementar, juntamente, com a globalização e neoliberalismo, uma nova forma de subjetividade, denominado por Félix Guattari, de “inconsciente maquínico”.

A consciência contemporânea é fundamentalmente tecnológica; o que equivaleria dizer que, o relacionamento do sujeito humano com a realidade é midiaticizado pelas diversas próteses tecnológicas que ampliam suas funções perceptivas, sensoriais e cerebrais, em relação ao seu entorno, natural e social. Por outro lado, não é mais o Estado-Nação que fornece os principais cenários da identidade, mas, ao contrário, ela se dá numa rede complexa de componentes de subjetivação que incluem elementos políticos, científicos, tecnológicos,

afetivos, econômicos e culturais que acabam atuando sobre a produção de novas subjetividades. Como afirma Félix Guattari (1992, p. 20):

Isso conduziria necessariamente a reexaminar a relação entre o indivíduo e a subjetividade e, antes de mais nada, a separar nitidamente esses conceitos. Esses vetores de subjetivação não passam necessariamente pelo indivíduo, o qual, na realidade, se encontra em posição de “terminal” com respeito aos processos que implicam grupos humanos, conjuntos socioeconômicos, máquinas informacionais, etc. Assim, a interioridade se instaura no cruzamento de múltiplos componentes relativamente autônomos uns em relação aos outros e, se for caso, francamente discordantes.

Contudo, não são apenas as atuais máquinas informacionais e comunicativas que nos permitem falar de uma produção maquínica de subjetividade, uma vez que, as subjetividades pré-capitalistas e arcaicas eram engendradas por diversos equipamentos coletivos de modelização das formas de existência. Portanto, essa nova disposição na ordem social, flexibilizada pela acumulação capitalista, vai trazer implicações não só para quem trabalha diretamente com as questões relativas à tecnologia, mas, vai se fazer sentir no âmbito de todo universo da cultura. Neste sentido, André Parente (2004, p. 94) dirá que na sociedade contemporânea, as tecnologias da comunicação e da informação desterritorializam o espaço e o tempo da história das culturas orais e escritas, na qual, segundo o autor:

O espaço não é uma realidade inerte que preexiste às nossas ações e modos de vida. Todas as culturas definem as formas de um real para além do real imediato, da atualidade, mas é a primeira vez na história da humanidade que a realidade do aqui e agora se encontra imersa nas tramas de uma temporalidade maquínica, que, a cada dia que passa, vai tornando mais complexo e espesso nosso aqui e agora.

Essa cartografia agenciada pelas tecnologias digitais vai implicar num novo ambiente cultural onde imperam os dispositivos “técnico-científico-informacionais”,³ novas formas

³ Termo utilizado por Milton Santos para designar as categorias geohistóricas capazes de balizar o pensamento geográfico gerado pela união entre ciência e técnica que ocorre sob a égide do mercado que se torna global.

de modelização do real-histórico existencial. Tal fenômeno foi denominado por Muniz Sodré de midiaticização ou *bios virtual*. Isso significa que nas sociedades atuais está em gestão uma nova ordem de mediações socialmente realizadas; no sentido da comunicação, entendida como afirma Sodré (2002, p. 32) “num processo informacional que se dá a reboque dos conglomerados empresariais dando ênfase à tecnointeração que se caracterizam por ser uma espécie de prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível.”

Portanto, trata-se de dispositivos, historicamente constituídos, num momento em que, a comunicação torna-se técnica e industrialmente uma expressão da sociedade da informação e que está a serviço dos fluxos do capital globalizado. Nessa conjuntura, a ordem social é produzida por meio das tecnologias de distribuição de informação e por organizações de mídia num espaço sem demarcações territoriais de espécie física ou simbólica. Neste sentido, dirá Muniz Sodré (2002, p. 22) que:

A astúcia das ideologias tecnicistas consiste geralmente na tentativa de deixar visível apenas o aspecto técnico do dispositivo midiático, da prótese, ocultando a sua dimensão societal comprometida com uma forma específica de hegemonia, onde a articulação entre a democracia e a mercadoria é parte vital de estratégias corporativas. Estas ideologias costumam permear discursos e ações de conglomerados internacionais e de ideólogos dos novos formatos de Estado.

Partindo do slogan da Internet: “o que não está na Internet simplesmente não existe”, podemos compreender, mais profundamente, os novos regimes de visibilidade que são mediados pelo princípio da midiaticização ou da *virtualização* das relações societárias, na contemporaneidade. Esse novo espaço é configurado primordialmente pelo mercado, cujo poder, coadjuvado pela mídia, apequena o poder do Estado nacional.

Estamos diante de um espaço que se amplia tanto horizontalmente quanto por duplicação, na medida em que são criadas realidades virtualmente mediadas tecnologicamente. Parafraseando o teórico canadense, Marshall McLuhan, “os homens criam suas ferramentas e estas recriam o próprio homem.” De outra maneira, o artifício converte-se numa espécie de nova natureza. Ou seja, cada nova técnica ou tecnologia amplia, por extensão ou por duplicação, o espaço

humano, aumentando a espessura do envoltório protetor ao redor da corporeidade, mas também contribuindo para eventualmente, segundo Muniz Sodré (2006, p. 97) “tornar as formas protetoras mais importantes do que o protegido.”

Os mecanismos de controle no biosmidiático

Aprendemos com Michel Foucault (1987) que cada sociedade possui os seus modos particulares de enunciar e de dar visibilidade aos discursos do poder soberano ou disciplinar. Do dispositivo do panóptico até realidade virtual, uma série de regimes de visibilidade foram agenciadores das mais diversas estratégias do poder, na constituição de cada momento histórico.

Seguindo uma linha foucaultiana, a realidade virtual torna-se o mais representativo dos dispositivos técnicos que caracteriza o *sensorium* do século XXI, da mesma forma que, a câmara escura representou a sociedade do espetáculo; bem como o panóptico faz referência à sociedade disciplinar e a televisão à sociedade pós-moderna. Isso significa que, hoje, estamos diante de um outro regime de significação, no qual a representação não procura mais tornar as coisas visíveis a um olho exterior, mas, torná-las transparentes a si mesmas. Em outros termos a potência de controle é como internalizada, e os homens não são mais vítimas das imagens, pois, eles mesmos transformam-se em imagens, parafraseando, Jean Baudrillard (1997).

Ao mesmo tempo, a virada do século XX coincide com a passagem da comunicação centralizada, vertical, unidirecional para atingir a comunicação das redes interativas e cooperativas. Isso, necessariamente, implica numa nova formalização da vida social. Ou seja, estamos descobrindo novas formas de perceber, pensar e representar a realidade. Sodré afirma que, impulsionadas pela microeletrônica, pela computação e pela informática, as novas tecnologias da informação vão introduzir os elementos do tempo real (comunicação instantânea, simultânea e global) e do espaço do virtual (ambientes artificiais e interativos) tornando possíveis outros regimes de visibilidade pública. Ou seja, posta em outros termos, a midiaticização diz respeito a uma associação estreita entre as práticas sociais e o espaço público, ativado por processos tecnológicos da informação. Ela é assim,

uma totalidade social virtualizada ou um “fato social total”, na interpretação de Marcel Mauss, que corresponderia a uma nova ordem das sociedades informatizadas e da comunicação, denominada por Muniz Sodré de biosmiidiático.⁴

Podemos dizer, neste sentido, que o desenvolvimento da história da tecnologia se parece muito com as descrições das teorias do caos e do tempo topológico. Isso significa que, determinados acontecimentos que parecem afastados podem estar, ao contrário, muito próximos. É desta forma que as novas tecnologias remetem ao duplo movimento de aceleração e desaceleração, inovação e tradição, desterritorialização e territorialização. Em outros termos, o principal vetor de representação eletrônica, a velocidade com que o sensível torna-se transmissível substitui a antiga profundidade de campo da topologia pela profundidade de tempo da teleologia ótico-eletrônica. Vivemos um quarto âmbito existencial, como diz Muniz Sodré (2002, p. 26):

Nossa idéia de um quarto bios ou uma nova forma de vida não é meramente acadêmica, uma vez que já se acha inscrita no imaginário contemporâneo sob forma de ficções escritas e cinematográficas. Tal é, por exemplo, a base narrativa do filme norte-americano “O Show de Truman”, em que o personagem principal vive numa comunidade sem saber que todas as suas ações cotidianas, de trabalho, vizinhança, amizade, amor são cenarizadas e transmitidas a um público mundial, em tempo real, por ubíquas câmaras de televisão, controladas por técnicos e um diretor de programação. A cidade imaginária de Truman é de fato uma metáfora do quarto bios, um arremedo da forma social midiática.

Por sua vez, a forma social midiática é a expressão da chamada “sociedade de controle”, em que o poder ocupa o psiquismo e o corpo dos indivíduos, por meio do desejo. O termo “sociedade de controle” foi empregado por Gilles Deleuze para explicitar o processo de complexificação do poder disciplinar que caracterizou o ethos social, durante os séculos XVIII, XIX até a metade do século XX. Esse controle no lugar da disciplina, corresponde ao

deslocamento da produção centrada no valor que dá ênfase à produtividade material em direção à uma produção imaterial ou simbólica que dá ênfase ao desejo. Essa passagem implica, contudo, num novo modelo de regulação social e que permite um novo regime de visibilidade pública ou de comunicação, cuja gênese remonta à organização fordista do trabalho, do século passado. Segundo Sodré, a produção é principalmente produção de si, isto é, de subjetividades, agora diretamente produtoras do capital humano. Porém, todos os mecanismos de regulação da vida social pelas instâncias do poder resgatam a idéia de “biopolítica”.

Michel Foucault introduziu o termo biopolítica para designar o mecanismo de poder sobre a vida, que aparece no século XVIII. O objeto da biopolítica é a própria natureza existencial e biológica da população, isto é, de uma massa global afetada por processos de conjunto. Estamos diante do poder investindo sobre a vida, como fato natural e biológico, ou como *zoé*.

Parafraseando, Peter Pál Pelbart, o biopoder é uma forma de poder que rege e regulamenta a vida social no seu interior, seguindo-a, interpretando-a, assimilando-a e reformulando-a. O poder só pode obter um domínio efetivo sobre a vida inteira da população tornando-se uma função integrante e vital que todo indivíduo adota e reativa por espontânea vontade. Segundo, Pelbart (2003, p. 25):

A vida tornou-se agora [...] um objeto de poder e a mais alta função desse poder é de investir a vida por inteiro, e sua primeira tarefa é administrá-la. O biopoder refere-se, portanto, a uma situação que está diretamente em jogo no poder é produção e a reprodução da própria vida.

Para Foucault, a sociedade disciplinar designa uma sociedade na qual a dominação social é construída por meio de uma rede ramificada de dispositivos e aparelhos que produzem e regem costumes, hábitos e práticas produtivas que através das instituições disciplinares (prisão, escola, fábrica, hospital, etc), vão estruturar o terreno social e oferecer uma lógica própria à “razão” da disciplina.

⁴ O bios miidiático é uma espécie de clave virtual aplicada à vida cotidiana, à existência real-histórica do indivíduo. Trata-se de uma inflexão exarcebada do imaginário que, como bem disse Gilles Deleuze, não é o irreal, mas a indiscernibilidade do real e do irreal.

Ele dirá que o poder disciplinar governa estruturando os limites do pensamento e da prática além de prescrever quais comportamentos devem ser seguidos ou evitados. Em outras palavras, a disciplina vai fixar os indivíduos na moldura das instituições por de uma relação estática: a invasão disciplinar do poder contrabalança a resistência do indivíduo. Contudo foi Gilles Deleuze que, complexificou a intuição foucaultiana, ao dizer que, ao poder sobre a vida deveria responder o poder da vida. Ou seja, a vida como uma fonte e de resistência e criatividade capaz de construir outros modos de vinculação social. Aqui, o termo vida passa a ser empregado como algo que extrapola as dinâmicas biológicas e transforma-se num processo de sinergia coletiva através da cooperação entre os indivíduos. Portanto, a noção de vida passa a ser objeto de múltiplas dimensões.

Nestes termos, “vida” deixa de ser um fenômeno reduzido à sua definição meramente biológica para se tornar cada vez mais uma virtualidade em meio à multidão e que incorpora múltiplas dimensões que são tecnológicas e, ao mesmo tempo, afetivas, econômicas e cognitivas. Para Gilles Deleuze (1992), a vida tomada sob esta perspectiva tende a transformar as atuais relações políticas e estéticas dos regimes significantes, produzindo, conseqüentemente, um novo corpo político e cultural nas sociedades da informação e comunicação. Nesta nova configuração capitalista, a força de trabalho passa do nível da natural energia humana para o da representação ou dos signos, convertendo-se em estrutura de obediência aos regimes significantes ou códigos instituídos socialmente.

Daí que se analisarmos sob certo ângulo a forma como o panóptico se tornou matriz institucional da sociedade disciplinar, veremos que este dispositivo foi, desde sempre, uma matriz conceitual, um diagrama, ou uma outra forma de dizer que ainda estamos aprisionados na fábrica, na família, na escola, etc. Quando dizemos que na sociedade de controle não precisamos mais da forma de adestramento das instituições disciplinares, que o controle pode ser exercido ao ar livre, sobre os fluxos, o que isso significa? Como afirmou André Parente (1999), a sociedade contemporânea, talvez esteja engendrando uma espécie de prisão ainda mais aperfeiçoada do que todas as outras, já que, com o ciberespaço experimentamos o fenômeno da ubiquidade que nos permite ir a todos os cantos do planeta sem sair do mesmo lugar.

Com as tecnologias digitais, a mídia transforma-se numa espécie de máquina simuladora do mundo. Ou seja, a emergência dos novos meios representa novas formas de representação do mundo a partir de um novo modo de vinculação dos sujeitos que se dá pela imaterialidade e autorreferencialidade da imagem virtual, por exemplo. Para Paul Virilio, as tecnologias do virtual vão inaugurar uma espécie de “sedentarismo nômade” que corresponderia a uma espécie de espaço do não-movimento, em que os deslocamentos se dão a partir do toque dos dedos no teclado do computador. Portanto, os veículos móveis e audiovisuais transformaram radicalmente as nossas relações com o espaço que estaria se transformando em função da aparição de novos meios de transporte e da comunicação e informação. Para Virilio (1993, p. 72) “o espaço é outro se vamos a cavalo, de carro, ou de avião, se usarmos a escrita ou as telecomunicações.”

De certa forma, é como se o espaço do adestramento disciplinar estivesse cedendo lugar ao ciberespaço. Se no final do século XIX e início do século XX, nós assistimos ao advento dos veículos ferroviário, rodoviário e aéreo, no século XXI, temos assistido a grandes mudanças com o advento do veículo audiovisual e veículos de telepresença: a televisão, a videoconferência, as redes telemáticas, o ciberespaço. Ao mesmo tempo, vemos que o ciberespaço promove uma reapropriação do tempo, uma categoria que se adapta a essas novas tecnologias, especialmente no conceito de tempo real. Virilio dirá que, em relação à definição clássica de tempo como desdobramento cronológico, flecha do tempo, outra conceituação tende a aparecer com as tecnologias digitais. Ou seja, nossa vivência, na contemporaneidade, nossa capacidade de participar e de influenciar não caminham em direção ao real-histórico, mas, ao contrário, torna-se pura presentificação.

Fredric Jameson (1984), já havia nos dito que a pós-modernidade se caracteriza pela presentificação total; onde tudo é vivência imediata. O tempo na era das tecnologias da informação e comunicação nos desvencilha daquele componente histórico que existia anteriormente. Contudo, é necessário fazer uma crítica à postura “tecnófoba” de Paul Virilio quando ele se refere à anulação das categorias de espaço-tempo agenciadas pelas neotecnologias. Para nós, o ciberespaço é apenas um novo espaço em que se dão as trocas comunicativas. Uma

espécie de novo ambiente que inaugura um novo tipo de vinculação intersubjetiva, entre sujeitos, máquinas e coletividades constituídas. Estamos diante de uma nova arquitetura da informação que vai implicar novas maneiras de percepção e cognição. Neste aspecto, lembramos Walter Benjamin que dizia que cada sociedade produz seus tipos de máquinas e que essas máquinas são o correlato de expressão social capaz de prolongar e promover uma revisão da noção de realidade.

Decorre daí que, a midiaticização expandida pelas tecnologias da informação e da comunicação vai implicar, necessariamente, no surgimento de um novo ethos social que deverá proporcionar ainda, um outro nível de “consciência” e de vinculação, entre cultura e a natureza.

Breves apontamentos sobre a produção de subjetividade no ciberespaço: do esvaziamento da crítica ao diálogo sensível

Partimos do pressuposto de que vivemos numa sociedade que demonstra uma saturação em relação ao pensamento conceitual. Ou seja, há um esvaziamento do pensamento crítico e conceitual em favor de uma *práxis* essencialmente imediata e lúdica. As novas tecnologias da comunicação tem redimensionado o papel da linguagem enquanto mediação na produção de sentido.

Neste sentido, dirá Régis Debray (1993, p. 64) que:

À crescente visibilidade da extensão do mundo externo, corresponderia, inversamente, uma diminuição ou um estreitamento da dimensão invisível. A imaterialidade ou os símbolos que jamais terão traduções visuais possíveis, nem que fossem virtuais, no ciberespaço. Assim, quanto mais cresce o domínio das imagens de síntese, por exemplo, cuja aparência sensível é gerada por um modelo matemático, de natureza inteligível, mais decresce a antiga força da transmissibilidade simbólica da imagem, sua capacidade de apontar para uma transcendência. Ou ainda, quanto menos a imagem significar, maior sua pretensão em ser linguagem.

De certa forma, as novas tecnologias agenciam uma espécie de linguagem que já não vai gerar mais sentidos, mas, apenas interações perceptuais. Isso quer dizer que, as novas tecnologias trabalham com a passagem direta entre a intenção e o agir, sem

a intermediação do pensar. Trata-se do não investimento no pensamento conceitual em favor da imagem; dos ícones da tela do computador; de um novo conceito de tempo, já não mais cíclico, nem analógico, mas simulado, um tempo próprio da máquina, diferente dos que até então conhecíamos. Enfim, uma nova cartografia da produção subjetiva em meio aos novos espaços imaginários: o ciberespaço.

Ao mesmo tempo, a virtualização do espaço traz a idéia de desterritorialização e de um nomadismo generalizado dos sujeitos que acaba por implicar num novo conceito geopolítico. Como afirma Milton Santos (1998, p. 38):

Essa espacialização chama-se temporalização prática, pois, todos os atores estão incluídos através do espaço banal, que leva consigo todas as dimensões do acontecer. Ora o acontecer é banalizado pelo lugar e, nesse sentido, é que se pode dizer que o tempo é determinado pelo espaço.

Porém, nesta perspectiva, nos perguntamos qual é o lugar ocupado pelo virtual?

Ao contrário do que pensou Anthony Giddens (1991), o tempo e o espaço não se tornaram vazios ou fantasmagóricos; eles, apenas, põem em crise a noção de presente, de passado e de futuro que norteou o conceito de temporalidade no sentido clássico. Ou seja, o meio técnico-científico que se apresenta como parte do fenômeno da midiaticização, vai redimensionar as categorias clássicas de tempo e espaço. Essas categorias incluem uma multiplicidade infinita de perspectivas, na medida em que são construções mentais do homem. Daí que, segundo Milton Santos (1998, p. 39), “basta não considerar o espaço como simples materialidade, isto é, o domínio da necessidade, mas como teatro obrigatório da ação, isto é, o domínio da liberdade.”

Por outro lado, para Muniz Sodré o ator social não é mais o *performer* do teatro social, como na sociologia clássica, e sim uma máquina semiótica simuladora do mundo. Desse modo, o campo comunicacional se transforma num ambiente que oferece um novo tipo de reflexão sobre o homem e sobre a organização social. Embora esse campo se assemelhe, segundo Sodré (2002, p. 236), “ao de todas as outras instituições sociais, que se desenvolvem dentro da própria realidade que ajudam a criar e a administrar, a mídia, ao contrário, vive do discurso que faz sobre sua própria simulação das outras realidades.” Essas considerações nos levam,

consequentemente, a uma série de questionamentos sobre as noções de “social”, “exercício de poder”, “liberdades individuais e coletivas”, etc. Poderíamos nos perguntar ainda que espécie de cartografia está sendo agenciada pelos dispositivos e o meio técnico-científico? O que nos espera no horizonte dessa modernidade líquida?

Na perspectiva do teórico italiano Antonio Negri, a nova configuração geopolítica permitida pelos novos meios digitais seria o correlato da nova dimensão do “Império” que também poderia representar uma forma de resistência criativa no âmbito político e social das atuais comunidades digitais. Neste aspecto, afirma Hardt e Negri (2001, p. 295) que:

As características centrais da exploração capitalista contemporânea que envolve elementos como mobilidade, flexibilidade, conhecimento, informação, comunicação, cooperação e afetividade resultam da captura das forças que ao longo das décadas de 70 e 80 as mobilizavam com gritos de protestos contra o capital e a dominação. Hoje, as mesmas palavras aparecem nos discursos das empresas e governos. Isso significa que é preciso aceitar as origens do Império que não podem ser localizadas apenas em transformações políticas e econômicas objetivas, mas também, e talvez, principalmente, na capacidade do capitalismo em incorporar as reações suscitadas por seu modelo disciplinar, reações que trataram de inventar novas formas de existência e subjetividade, capturadas, por sua vez, por um capitalismo que se transforma de disciplinar para controle.

Contudo, se a ontologia do Império traçada por Michael Hardt e Antonio Negri (2004), às vezes, nos parece aterrorizante; isso, não significa necessariamente que, estamos frente a uma postura crítica conformista ou catastrófica, por parte destes teóricos. Como escreveu Michel Foucault (1987, p. 182), “o otimismo não consiste em dizer que algo poderia ser melhor do que é, mas em reconhecer que tudo repousa sobre uma base frágil, contingente, arbitrária e histórica.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de midiaticização das atuais sociedades contemporâneas expandidos pelos dispositivos de natureza tecnológica digital não

se definem radicalmente como soma de todos os regimes de visibilidade experimentados pelos diversos modelos de sociedade constituídos, mas, como poder dos modelos que se atualizam e se concretiza em determinados tipos de imagens, historicamente sobre determinadas.

As imagens midiáticas que regem as relações sociais provem, dessa forma, dos modelos hegemônicos do capital e dos mercados globais. Ao mesmo tempo, os simulacros instituídos pelos *bios virtual* ou biosmidiático levam os indivíduos a total imersão numa outra dimensão do espaço que se organiza pela mediação de imagens imateriais e autorreferentes (hipertextos, dispositivos de telepresença, realidade virtual).⁵ Isso significa que essas imagens são produzidas sem um objeto referencial externo, mas, tornam-se interpretantes de si mesmas, proporcionando uma relação dialógica entre o espaço público e privado, individual e coletivo, contemplativo e interativo, imaginário e real. Nas atuais relações perceptivas e cognitivas expandidas pela crescente midiaticização por meio das redes digitais estão se configurando outros pontos de imersão econômica, política e afetiva que representam um novo *locus* destinado ao diálogo e novas estratégias de negociação entre o público e o privado na construção do espaço sociocultural.

Esta nova paisagem geopolítica vai permitir o surgimento da idéia de “ponto de existência”⁶, na qual o indivíduo encontra uma posição física em meio aos sentidos tecnologicamente prolongados. Dirá Kerckhove (1995, p. 238):

A sensação física de estar em algum lado é uma experiência tátil, não visual. É ambiental e não frontal. É compreensiva e cooperativa e não exclusiva. O meu ponto de existência, em vez de me distanciar da realidade, como acontece com o ponto de vista, torna-se o ponto de partilha do mundo.

REFERÊNCIAS

- BAUDRILLARD, J. **Tela Total: mito-ironias da era do virtual e da imagem**. Porto Alegre: Sulina, 1997.
- DEBRAY, R. **Vida e morte da imagem**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- DELEUZE, G. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

- _____. **Foucault**. Tradução de Claudia Santana Martins. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: o nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- GUATTARI, F. **Caosmose**: o novo paradigma estético. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. **Multidão**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- JAMESON, F. Postmodernism or the cultural logic of late capitalism. **New Left Review**, NLR I/146, July-August p. 53-92, 1984.
- KERCKHOVE, D. **A pele da cultura**: uma investigação sobre a nova realidade eletrônica. Portugal: Relógio D'Água, 1995.
- PARENTE, A. **O virtual e o hipertextual**. Rio de Janeiro: Pazulin, 1999.
- _____. **Tramas da rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- PELBART, P. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SODRÉ, M. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- _____. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2006.
- VIRILIO, P. **A inércia polar**. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

Recebido: 29/05/2008
Received: 05/29/2008

Aprovado: 06/07/2008
Approved: 07/06/2008